



Critérios da Corte sobre foro especial não são claros

SUPREMO EM PAUTA

20 maio 2014 | 11:07

Para o ministro Teori Zavascki, não só ação envolvendo parlamentares deve ser analisada pelo STF, mas também ações envolvendo envolvidos na Operação Lava Jato, já que caberia à Corte desmembrar ou não o processo e definir o foro.

A atuação do Supremo nas ações penais tem suscitado uma série de questões. Uma delas, central, é se o julgamento pode ser julgado única e exclusivamente pelo STF. No mensalão, por exemplo, réus não pararam de alegar que o desmembramento não foi feito para garantir a celeridade do julgamento. Por outro lado, no julgamento da ação contra Eduardo Azeredo, que renunciou ao mandato de deputado para perder o foro privilegiado, o STF decidiu que o julgamento deveria ser feito pelo STF.

Há muitas outras questões problemáticas nessa atuação, como a imobilização da pauta do tribunal, a violação a duplo grau de jurisdição e a sua real eficiência para conter a prescrição de crimes.

A decisão liminar de ontem será enfrentada pelo plenário da Corte. Porém, o que se pode afirmar é que a Corte precisa estabelecer critérios mais claros para todos os casos e enfrentar os problemas institucionais decorrentes do funcionamento atual.

Por Eloísa Machado de Almeida, coordenadora do Supremo em Pauta da FGV DIREITO SP.

As informações e opiniões expressas neste blog são de responsabilidade única do autor.